

## **Correio Braziliense – 23/10/2007**

### **Adiado pela 3ª vez**

O leilão da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, foi retardado para 10 de dezembro porque a Aneel precisa concluir avaliação do edital de concorrência. Temor de novo racionamento aumenta

Luís Osvaldo Grossmann

Da equipe do Correio

O governo adiou, mais uma vez, a maior obra de infra-estrutura prevista para o país atualmente. O leilão da primeira das duas hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, a usina de Santo Antônio, foi remarcado para o dia 10 de dezembro — inicialmente prometido para 30 de outubro, depois 22 de novembro e mais tarde para 29 do mesmo mês. A justificativa está no prazo pedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para concluir a aprovação do edital do leilão, documento que precisa ser publicado pelo menos 30 dias antes da disputa pública.

Ao anunciar a nova data, o Ministério de Minas e Energia divulgou ontem uma portaria onde estabelece as diretrizes desse edital. Além de limitar a participação de construtores e fornecedores de equipamentos nos grupos que disputarão a obra — como forma de tentar impedir que as empreiteiras dominem o processo — o governo manteve a previsão de gerar energia em Santo Antônio a partir de 2012.

Para empresas ouvidas pelo Correio, no entanto, mesmo a primeira data da concorrência, 30 de outubro, já poderia comprometer o cronograma. Isso porque, depois do leilão, o vencedor precisará aprovar um projeto detalhado das obras e obter uma nova licença do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Como se trata de uma obra na Amazônia, o calendário das chuvas também precisa ser observado. Isso significa que, para que as primeiras turbinas sejam acionadas no início de 2012, como prevê o governo, a construção precisa ser iniciada entre agosto e setembro do próximo ano. Do contrário, por conta das chuvas, isso só acontecerá em meados de 2009.

Mas se o novo adiamento pode comprometer o cronograma ideal, o governo também ganha mais tempo para solucionar a pendência judicial com uma das principais concorrentes, a empreiteira Odebrecht. A empresa, que manifesta interesse pela obra desde 2003, firmou contratos de exclusividade com vários fornecedores de equipamentos, como as turbinas, e até com a estatal Furnas Centrais Elétricas.

Por entender que alguns desses contratos ferem a concorrência, em setembro a Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, mandou que os contratos de exclusividade fossem anulados. Desde então, governo e Odebrecht brigam nos tribunais. Na semana passada, a Advocacia-Geral da União entrou com um novo pedido no Superior Tribunal de Justiça e uma resposta é esperada até o início da próxima semana. E no dia 30 a Aneel espera aprovar o edital do leilão.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, garante que o leilão será no dia 10 de dezembro mesmo com uma decisão desfavorável do STJ. “O leilão vai ocorrer nessa data independentemente da decisão que venha”, afirmou.

Na questão da estatal Furnas, a idéia do governo era impedir a participação de empresas públicas no leilão, deixando a sociedade para depois de definido o vencedor. Novamente um contrato com a Odebrecht não deixou esse plano prosperar. A solução foi oferecer as três outras subsidiárias da Eletrobrás, Chesf, Eletronorte e Eletrosul, aos demais concorrentes. Elas estão de casamento marcado, respectivamente, com a Amazônia Madeira (consórcio montado pela Camargo Corrêa), Alusa e Suez Energy. Segundo o presidente da Eletrobrás, Valter Cardeal, as subsidiárias terão autonomia para competir, inclusive com a margem de retorno que cada uma considere suficiente.

Sobe risco de apagão

O risco de um novo racionamento de energia no país aumentou de 5% para 9% em 2008 e de 6,5% para 8% em 2009, de acordo com estudo divulgado ontem pelo **Instituto Acende Brasil**,

formado por investidores do setor. A previsão para 2008 é um déficit de oferta de energia firme de 2,6 mil megawatts e para 2009 e de 1,9 mil megawatts. Na segunda edição do estudo, em julho, esse déficit seria de 2,1 mil megawatts e 1,3 mil megawatts, respectivamente.

A projeção da terceira edição do estudo trimestral feito pelo Instituto leva em consideração um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,8% e uma expansão na demanda de 5,3%. Segundo o documento, o aumento do risco deve-se a atrasos na execução de obras de algumas usinas, o que reduzirá a oferta estimada para 2008 em 400 megawatts. Outra causa seriam problemas de fornecimento de gás natural pelos países vizinhos, entre eles a Argentina e a Bolívia, diminuindo a oferta ao Brasil.

“O balanço ser negativo não significa que vai ter racionamento, mas significa que ficaremos mais dependentes de São Pedro. A mensagem do estudo é que o governo tem que fazer investimentos estruturais para ficar imune aos humores meteorológicos”, disse o consultor do Instituto Acende Brasil Mario Veiga.

O Brasil passou por um racionamento de energia entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 devido à falta de investimentos no setor nos anos anteriores somada à escassez de chuvas. “Estamos observando uma deterioração da oferta 2008/2009 causada pelo problema do gás na Argentina, Bolívia e Brasil. Além disso, o Proinfa está bastante atrasado e 30% dos projetos ainda nem começaram, sendo que o limite é dezembro de 2008”, complementou Veiga. O Proinfa é um programa do governo que visa estimular o desenvolvimento de energia limpa no país.

#### Capacidade

O governo brasileiro, no entanto, nega qualquer risco de abastecimento de energia, no curto ou no longo prazo, acenando com os sucessivos leilões de energia que vem sendo realizados. Este mês, a quinta edição do leilão contratou 110% da demanda de energia estimada para 2012. O estudo do Acende Brasil levou em conta a energia firme, ou seja, o que será realmente gerado, e não a capacidade instalada, ressaltou Veiga.

Em um cenário mais pessimista, o estudo considera o atraso da entrada das plantas de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Petrobras, que visam atender as usinas térmicas do país, em que o risco de racionamento subiria para 9,5% no ano que vem e para 13,5% em 2009.